

**PROCESSO SELETIVO – \_04/2024**

**Área de Conhecimento: Sociologia e Agronomia**

**PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA**

**QUESTÃO 1: \_\_\_\_\_**

**a) Práticas sociais e mudança ambiental**

Há um consenso, entre cientistas sociais, de que um dos principais focos de interesse da Sociologia ambiental deveria ser a relação entre práticas sociais e mudança ambiental. Um dos fenômenos que deveria ser explicado pela Sociologia ambiental é, justamente, o impacto que práticas sociais intencionais e não intencionais acabam causando ao meio ambiente. As sociedades modernas transformam a natureza num quadro de alta especialização do trabalho e numa escala que é, atualmente, global. Desse modo, práticas industriais e de consumo passam a ser questões-chave para uma Sociologia preocupada com as questões ambientais. A análise das práticas sociais pode contribuir significativamente para o entendimento de processos que correntemente produzem o que vem a ser reconhecido como perigos ambientais.

**b) Conhecimento e interpretações sobre o meio ambiente**

Há alguns aspectos básicos, levantados pela literatura sociológica, relativos à questão do conhecimento ambiental. O primeiro deles diz respeito à situação pela qual uma mudança ambiental vem a ser reconhecida como um "mal" ou "perigo" ambiental. Um dos objetivos colocados para a Sociologia ambiental é o de investigar a forma pela qual as práticas sociais acabam criando "males" ambientais. Contudo, deixada a análise nesse patamar, ela não responde a algumas questões bastante importantes. Em primeiro lugar, por que certas mudanças ambientais deveriam ser vistas como "perigosas" ou como "males" e outras não? Todas as sociedades ou grupos sociais reagem da mesma forma em relação à intervenção humana no meio ambiente? Alguns autores procuram responder a essas questões da seguinte forma: a consciência que temos dos problemas ambientais seria um resultado direto do impacto que criamos ao ambiente. Assim, o movimento ambiental consistiria em um resultado direto da poluição. Mas essa visão pode se mostrar frágil uma vez que a preocupação com os problemas ambientais pode existir independentemente da magnitude dos próprios problemas, pois há valores e um contexto cultural influenciando na percepção da nossa intervenção no meio ambiente e de nossa reação a essa mesma intervenção. Além disso, a ideia de que a nossa preocupação com mudanças ambientais seria reflexo direto da nossa intervenção no ambiente pode ser posta em xeque pelo fato de que muitos dos impactos que criamos (ex.: mutação genética, chuva ácida, aquecimento climático, etc.) são praticamente invisíveis aos órgãos perceptivos de uma pessoa comum. Se a consciência ambiental fosse mera reação, por que pessoas se preocupariam com questões como essas se elas não podem perceber tais fenômenos em seu dia-a-dia?

Isso mostra não apenas que o conhecimento científico é uma variável central para o reconhecimento público da existência de certos problemas ambientais, como também que a sua divulgação através dos meios de comunicação de massa tem papel fundamental. Uma vez que o reconhecimento público desses problemas é mediado por algum tipo de conhecimento, um dos objetivos da Sociologia ambiental passa a ser a avaliação das diversas maneiras em que o ambiente pode ser visto por grupos sociais e as diferentes formas pelas quais um problema ambiental pode ser definido. Sociólogos ambientais deveriam, então, preocupar-se com as diferentes "leituras culturais da natureza" e pesquisar os modos diversos pelos quais o ambiente é percebido e avaliado por grupos sociais, sejam eles sociedades inteiras, comunidades, movimentos sociais, institutos de pesquisa, etc. Tudo isso é sintetizado pelo argumento apresentado por Buttel e Taylor (1994) de que a Sociologia ambiental deve abarcar necessariamente uma Sociologia do conhecimento. O reconhecimento de que interesses e valores interferem nas avaliações científicas é constantemente abordado por essa área de pesquisa da Sociologia.' E essa perspectiva condiz com a proposta de Barry (1999a) exposta nas páginas precedentes, de que uma teoria social não deveria admitir a existência de uma reading-off do meio ambiente. Tal postura também está presente ainda nos trabalhos de Giddens (1991) e Beck (1992a), que alertam que qualquer avaliação de riscos ecológicos envolve algum tipo de julgamento valorativo.

### c) Política ecológica

As ameaças ambientais modernas colocam-se de duas formas distintas. Num primeiro momento, elas surgem como mudanças ambientais materiais e físicas que podem ou não trazer consequências graves para os seres humanos. As ameaças podem colocar-se também sob uma forma "ideológica", geralmente pelas mãos do movimento ambientalista. Assim, ao mesmo tempo que os problemas ambientais comportam algum tipo de mudança "física", o desafio ambientalista, como conjunto de valores e ideias, reveste-os de conteúdos ideológicos em busca de uma mudança institucional ampla da sociedade. De certa forma, o ambientalismo, como movimento social, surge como uma reação à crescente intromissão humana no meio ambiente. E vê-lo como uma reação à destruição humana do ambiente torna necessário, no mínimo, tomarmos certos cuidados com as visões deterministas do embate entre sociedade e meio ambiente. Teorias que assumem como ponto de partida uma tendência inevitável das sociedades modernas à crise ecológica podem recair em algum tipo de determinismo que as impossibilita de avaliar mudanças que abarquem um melhoramento ambiental. Sistemas teóricos que enfatizam a imutabilidade das forças conduzindo à degradação ambiental, apresentando um perfil caracteristicamente determinista dessas mudanças, mostram-se impossibilitados de explicar as condições pelas quais mudanças socioambientais positivas possam vir a ocorrer.

Parte da literatura da Sociologia ambiental, especificamente aquela ligada ao marxismo ecológico contemporâneo, tem produzido uma visão monolítica do Estado. Este último é visto, geralmente, como um dos principais promotores da destruição ambiental moderna. Cientistas sociais ambientais, por isso mesmo, tendem a negligenciar o papel do Estado para a realização de uma política ecológica e acabam por jogar boa parte de suas esperanças no movimento ambiental. Existe um mal-entendido aqui, pois tal postura desconsidera que um dos complicadores que surgem com a intervenção do Estado no cuidado ambiental é a sua dependência e o uso rotineiro do conhecimento científico na tentativa de delinear a proteção ambiental. Contudo, a dependência do conhecimento científico é algo também característico do movimento ambientalista, o que significa que não apenas o Estado, mas também o próprio movimento ambientalista arrisca ser invadido por possíveis contradições, quando tenta sustentar seus argumentos sobre uma "base científica".

LENZI, C.L. Sociologia Ambiental: Risco e Sustentabilidade na Modernidade. Bauru: EDUSC, 2006. p. 39-42.

### QUESTÃO 2: \_\_\_\_\_

Do ponto de vista sociológico, "raça é um agrupamento humano definido culturalmente em uma sociedade dada", que se distingue de outros agrupamentos por características biológicas que se lhe atribuem e que podem variar de um lugar para outro. O conceito adquire todo o seu valor sociológico nas condições específicas que os norte-americanos chamam de "race relations", isto é, os sistemas de relações sociais determinadas que permeiam a dois ou mais agrupamentos, cada um dos quais pode ser caracterizado em termos raciais. Sempre que duas ou mais raças, assim definidas, interagem em um sistema de relações sociais, é necessário caracterizar o tipo de relações de que se trata: políticas econômicas, sociais. Os agrupamentos raciais podem enfrentar-se em um sistema de classes (como nos Estados Unidos), e nos sistemas coloniais (como na África colonial), ou mesmo em estruturas sociais que contêm os dois tipos de relações (como na América Latina). Geralmente, quando se fala de relações raciais, fala-se de dominação e de subordinação, assim como de conflitos sociais, econômicos e políticos entre os agrupamentos raciais, cujo objeto é a manutenção ou a destruição de certos privilégios econômicos ou políticos de uma das raças ou a competição entre os grupos raciais pela conquista de certos privilégios ou direitos. E evidente, em consequência, que quando se fala de relações sociais, importa descobrir a essência sociológica interna dos pactos que unem as raças ou dos conflitos que as separam.

Uma minoria pode definir-se como um subgrupo de uma sociedade mais ampla, cujos membros estão expostos a incapacidades que tomam a forma de preconceitos, discriminação, segregação ou perseguição por parte de outro tipo de subgrupo, considerado geralmente como uma maioria. As minorias se distinguem, além disso, por sua tendência à endogamia e, geralmente, por ter características culturais próprias que as transformam em subculturas. As minorias são geralmente hierarquizadas em uma escala de status e seus membros competem

com a maioria pela hierarquia e os privilégios. As minorias podem ser nacionais, linguísticas ou religiosas. Assim como as raças, podem representar, pois, por sua vez, estratos em um sistema de estratificação e grupos de poder em conflito político (e às vezes econômico) com outras minorias ou com o grupo chamado "maioria". O conflito pode ter por objeto, ora a emancipação, ora a assimilação, segundo o caso. As minorias não são classes, principalmente porque a base de sua integração não é sua relação com os meios de produção, nem seu lugar no processo de produção da sociedade. Não obstante, é possível que uma minoria se encontre em uma situação de classe, e que sua luta política contra a "maioria" se transforme em uma luta de classes. Estes casos particulares devem ser analisados no padrão de estudos empíricos específicos, porém sobretudo não se deve confundir os dois termos, apesar do fato de que, às vezes, podem recobrar-se e inter cruzar-se na realidade.

FORACCHI, M.M. e MARTINS, J.S. Sociologia e Sociedade: Leituras de Introdução à Sociologia. São Paulo: LTC, 1977. p. 248-249

### QUESTÃO 3: \_\_\_\_\_

Na busca da integração entre a sustentabilidade e a extensão pesqueira deve-se considerar ações como comitês de bacias, conselhos municipais, conselhos gestores de Unidades de Conservação e Agenda 21 são apenas algumas das formas que devem ser fortalecidas entre governo e sociedade civil e que podem ser mediadas por ações de extensão realizadas dentro dos projetos acadêmicos e disciplinas curriculares.

Além disso, é importante estimular as pesquisas que buscam criar novas técnicas ou aperfeiçoamento das técnicas já existentes e adotar práticas sustentáveis, levando-se em conta o conhecimento tradicional e assim fortalecer associações e cooperativas já existentes.

A partir do conhecimento técnico científico e considerando com conhecimento tradicional pode-se por e ainda melhorar a ação da política pública, para que ela possa ter mais efetividade em sua atuação nos âmbitos federal, estadual e municipal, e criar, para tanto, agendas e cronogramas a serem cumpridos em todos os níveis junto com a comunidade tradicional e universidades.

Capítulo 3 – Extensão rural e desenvolvimento sustentável, pg 57 do livro Silva, Rui Corrêa D. *Extensão Rural*. Disponível em: Minha Biblioteca, SRV Editora LTDA, 2014.

### PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

### QUESTÃO 4: \_\_\_\_\_

O que deveria ser estabelecido no processo de comunicação entre técnicos e produtores é uma relação de troca, em que o técnico buscaria as reais necessidades dos produtores, analisaria seu contexto social, cultural, econômico, aproximando-se dos verossímeis problemas dos produtores e buscando um desenvolvimento rural que não os massacre, domestique e robotize. Uma nova análise da extensão rural começou a tomar força com as análises de Paulo Freire, que reforçava que a doutrinação por parte dos técnicos não construía conhecimento e não conscientizava os produtores, transformando-os em um objeto que tem por finalidade levar o Brasil à "modernização". O problema da comunicação também era um problema pedagógico, de ensino-aprendizagem. Não bastava comunicar uma tecnologia usando palavras e imagens; era necessário ensiná-la de modo que os produtores, como receptores desse processo, dominassem-na como operação prática. Dessa forma, em um âmbito geral, a comunicação rural deveria conscientizar a população a participar ativamente nos processos de mudança social e de construção de uma sociedade democrática e participativa. O novo rural brasileiro pode ser caracterizado por: uma agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias; um conjunto de atividades não agrícolas ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades

industriais e de prestação de serviços; um conjunto de novas atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos especiais de mercados.

Muitas dessas atividades foram criadas a partir de demandas diferenciadas, levando aos chamados nichos de mercado — algumas a partir da valorização do meio rural como espaço de moradia e lazer (turismo rural) e outras como decorrência de atividades da proteção da natureza. Diante de tantas mudanças no agro brasileiro, fez-se necessária a adaptação a esse novo ambiente. Para tanto, a nova extensão rural deve passar a ter um “enfoque sistêmico”, em que o componente do sistema produtivo de uma propriedade rural deve ser considerado para um pleno funcionamento da unidade produtiva. Nessa nova abordagem, é necessário estudar o comportamento dos agricultores, a forma como se organizam entre si, sua visão da propriedade, os valores que carregam e as experiências adquiridas ao longo de sua história, pois essa bagagem está associada ao futuro e deve ser considerada imprescindível para o início de um diálogo. Nesse sentido, o ano de 2003 foi marcado pela criação da Política Nacional

de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir da qual a nova missão da extensão rural e da assistência técnica era: participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade .

O agro brasileiro é composto por grandes, médios e pequenos produtores, e essa heterogeneidade demonstra que há diferenças no nível tecnológico e no perfil dos produtores rurais, o que deve ser considerado na abordagem dos técnicos. Conhecendo o território e a sociedade em que os produtores estão inseridos, tem-se uma ideia de como atuar traçar perspectivas e diretrizes para promover o desenvolvimento rural sustentável. A adoção de medidas que gerem conhecimento sobre a real situação social, econômica e ambiental de uma região devem ser utilizadas para definir qual será a forma de atuação da extensão rural por meio de assistência ou de políticas públicas. Nesse sentido, nos últimos anos, foram desenvolvidos programas públicos com o objetivo de estimular a agricultura familiar. Os desafios para a extensão rural são, em primeiro lugar, o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do meio rural brasileiro, o que estimula ações dos extensionistas junto à agricultura familiar com metodologias participativas e uma pedagogia construtivista e humanista, de modo que se desenvolva um processo educativo para o desenvolvimento local sustentável.

As novas tecnologias de comunicação devem ser incluídas nesse processo, já que a rapidez com que se dissipam permite atingir um grande número de pessoas, a exemplo dos cursos on-line e do recebimento de informações por e-mail, mensagens de celular, vídeos educativos, entre outros. No processo de comunicação, é importante reconhecer que existem diferenças entre as pessoas, como fatores étnicos, de gênero, de idade, de escolaridade e que cada uma decodifica uma mensagem de forma distinta. Portanto, a comunicação deve ser um processo de construção, adaptando a mensagem ao receptor final, que deve ser motivado ao entendimento e à sua reflexão em direção ao desenvolvimento rural.

STEIN, R.T.; DIAS, C.S.; MALINSK, A.; AL., E. Fundamentos da Extensão Rural. 2020.

#### Membros da Banca:

---

---

**Marcio Vargas Ramella**  
**Avaliador 1**

---

---

**Micheli Cristina Tomas**  
**Avaliador 2**

**Patricia Sfair Sunye**  
**Presidente da Banca**



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **SH2B50J1**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **PATRICIA SFAIR SUNYE** (CPF: 757.XXX.009-XX) em 24/06/2024 às 11:46:35  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:56:31 e válido até 13/07/2118 - 14:56:31.  
(Assinatura do sistema)
  
- ✓ **MARCIO VARGAS RAMELLA** (CPF: 052.XXX.719-XX) em 24/06/2024 às 11:50:31  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:39:24 e válido até 13/07/2118 - 14:39:24.  
(Assinatura do sistema)
  
- ✓ **MICHELI CRISTINA THOMAS** (CPF: 029.XXX.839-XX) em 24/06/2024 às 11:50:41  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:42:23 e válido até 30/03/2118 - 12:42:23.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/VURFU0NfMTlwMjJfMDAwMjYxMjBfMjYxNTdfMjAyNF9TSDJCNtBkMQ==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **UDESC 00026120/2024** e o código **SH2B50J1** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.